

O ENSINO PRIMÁRIO FEMININO NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1840 – 1870)

Leonardo Matos Feitoza¹ | Andreza M. L. de Oliveira² | Dinamara Garcia Feldens³

História



RESUMO

A infância tem suscitado interesse entre os pesquisadores das diversas áreas do saber desde a metade do século XIX, cujos estudos buscaram, entre tantos desígnios, definir e “civilizar” as crianças por meio de discursos disciplinadores educacionais, biológicos e sanitaristas. Atualmente, esse tema tem sido alvo de trabalhos que tentam vislumbrar aspectos sociais, psicológicos, antropológicos, jurídicos, entre outros. No campo do saber histórico, tal tema ganhou predileção entre os pesquisadores, principalmente pela influência da chamada Escola dos *Annales*, em especial, com a terceira geração, consagrando-se com a publicação da obra de Philippe Ariès História Social da Criança e da Família (1960). No Brasil, observa-se um crescente interesse pela história da infância, evidenciado pelos inúmeros trabalhos acadêmicos desenvolvidos que abordam essa temática. Esse artigo objetiva mapear alguns aspectos do processo educacional, a partir de educandas matriculadas nas Aulas de Primeiras Letras da Província de Sergipe no período compreendido entre os anos de 1840 e 1870, centrando a análise no rendimento escolar, disciplinas cursadas pelas mesmas e os apontamentos de professoras, atentando especialmente para as categorias de gênero, classe social e etnia. A pesquisa realizada contou com o financiamento do CNPq/PIBIC.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Primeiras Letras. Infância. Gênero.

ABSTRACT

Childhood has aroused interest among researchers from various knowledge areas since the mid-nineteenth century, whose studies sought, among many purposes, define and to “civilize” the children through educational, biological and sanitary disciplinary discourses. Currently, this topic has been the target of studies that aims to understand the social, psychological, anthropological, legal aspects, among others. In the historical field, such topic gained preference among researchers, mainly through the influence of the so-called “Escola dos Annales”, in particular, with the third generation, establishing itself with the publication of the work of Philippe Ariès, *A Social History of Family Life* (1960). In Brazil, there is a growing interest in the history of childhood, raised by numerous academic papers that address this theme. This article aims to identify some aspects of the educational process, from students enrolled at Aulas de Primeiras Letras da Província de Sergipe classes, in the period between the 1840s and 1870s, focusing the analysis on academic performance, disciplines studied by them and the notes of teachers, with special attention to the categories of gender, class and ethnicity. The research was funded by CNPq/PIBIC.

KEYWORD:

First Letters. Primary Education. Childhood and Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

Logo após a Reforma Pombalina em 1759, o Estado português encontrava-se cercado pelas ideias iluministas e influenciado, principalmente, pelos ideais antirreligiosos da Revolução Francesa que continham um caráter mais reformista e humanista. Ainda no século XVIII, a Coroa Portuguesa assume o controle do ensino laico, estabelecendo um novo imposto em prol da educação. Porém, no Brasil,

inicia-se com dois passos distintos que apenas são convergente, na medida em que ambos se dirigem intencionalmente a eliminar os jesuítas e, quanto possível, a curto prazo, os Religiosos em geral, substituindo a sua ação educativa por uma nova dinâmica racionalista que ainda respeita a hierarquia clerical, mas subordinada ao Estado. (ANDRADE, 1978, p. 89).

Um dos aspectos mais visíveis nestes discursos foi o clamor contra a alta taxa de analfabetismo das Províncias. Com a abertura dos Portos em 1808, o Rio de Janeiro passou a ser sede do governo, tornando-se o centro das decisões políticas e econômicas da Corte. No que se refere à instrução pública e ao ensino das primeiras letras, a historiografia aponta que não houve rupturas significativas em relação ao conjunto das reformas pombalinas, permanecendo o sistema de aulas régias, assim denominadas entre 1822 e 1859, momento em que passaram a ser chamadas de aulas públicas (GONDRA, 2008).

Dentro deste cenário, organizou-se uma ideia de disciplinarização e higienização social, latentes na organização da época. Foi a partir da possibilidade de veiculação de normas nos

discursos educacionais – vale aproveitar o discurso que Ariés faz do surgimento da vida escolar e sua articulação com a disciplina. De acordo com o autor, na escola do século XIX os mestres começaram a submeter o aluno a um controle cada vez mais rígido e as famílias passaram a pensar numa educação mais “séria” (ARIÉS, 1981, p. 51).

Neste sentido, buscou-se investigar os variados contextos em que a educação sergipana se encontrava no século XIX. Por meio de bibliografias especializadas e documentos, a exemplo das coleções particulares de Sebrão Sobrinho e Epifânio Dórea, compostas de mapas de aula e livros de correspondência, localizadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), contemplando o período entre 1840 a 1870. Neste sentido, também se levou em conta o que tem sido publicado sobre a temática. Já no âmbito das bibliografias que foram inseridas na pesquisa documental, recorreu-se à técnica de fichamento para a melhor absorção do conteúdo.

Igualmente, de modo a facilitar o controle dos documentos, optou-se pela separação dos mesmos, levando-se em conta, a origem, o ano de elaboração e/ou publicação e gênero. Também, foi elaborada uma tabela separando os mapas de aula por Vila, Freguesia e Cidades existentes na Província. A partir dela, ocorreu a subdivisão dos documentos em gênero, etnia, classe e social, dando ênfase às observações feitas pelas professoras primárias.

Ainda nas duas primeiras décadas dos oitocentos, Sergipe pertencia à Província da Bahia, tornando-se independente em 1820, apenas em 1831 sendo implantadas as aulas de Primeiras Letras para as meninas da recém-criada Província. Segundo os relatórios de alguns presidentes de Província da época, as instruções primárias deviam atingir a todos os povoados para que a juventude estudasse, já que só uma pequena parte da população sabia ler e escrever e apenas uma parcela mínima desenvolvia os estudos fora da Província, dados coletados do Relatório do vice-presidente da província de Sergipe Manuel Joaquim Fernandes de Barros (1836).

Maria Thétis Nunes defende em sua obra “História da Educação em Sergipe” (1984), que a educação no século XIX era totalmente de caráter elitista, em que só os filhos dos grandes fazendeiros, comerciantes e intelectuais davam continuidade aos estudos, geralmente se dirigindo para as faculdades da Bahia e Pernambuco.

Em outras palavras, a realidade da educação sergipana era resultado da má atuação do estado brasileiro – em relação a outros Estados nacionais, como a França e Inglaterra. Por intermédio do governo provincial, visto que o ideário de organização social da época contemplava preferencialmente a educação masculina. Desde a emancipação de Sergipe, em 1820, houve uma série de mudanças na estrutura social, econômica e política. Percebeu-se, também, que as transformações na economia introduziram novos padrões de comportamento dentro da sociedade. A Educação entrou como elemento capaz de amalgamar esse espírito de nacionalidade, como forma de conter as diferenças sociais e impulsionar sua economia para o desenvolvimento, influenciada pela onda liberal.

Segundo a Constituição Imperial de 1824, a qual determinava no seu artigo 179, a criação de escolas para meninas nas cidades e vilas mais populosas da Província, a primeira escola destinada às meninas foi criada em São Cristóvão, e nas vilas mais abastadas da época, que eram Estância, Propriá e Laranjeiras.

A cadeira pública destinada às meninas da região, segundo Nunes (1984) o pequeno número de alunas matriculadas (quatro meninas no ensino de Primeiras Letras), pode ser explicado pelas condições ofertadas pela província, como: a improvisação de professores, assim como a falta de pagamentos, o baixo salário e principalmente, a falta de materiais didáticos, em que muitas vezes as aulas aconteciam nas casas dos professores. Dialogando com a conclusão de Gondra (2008), em que ele diz que ser professor no Brasil oitocentista, significou a experimentação de estatutos, situações e condições de trabalho totalmente variadas.

Argumentando com Silva (2006), ainda que o ensino de primeiras letras fosse regido por professores das camadas médias e pobres, permitia para aquele que o desfrutasse um cargo vitalício, por meio de um concurso público. Este cargo dava a essas pessoas certo prestígio social, mesmo após o jubileamento das mesmas. Talvez por isso tenha se criado a necessidade de formar o professor,

[...] como um agente capaz de reproduzir o tipo de conhecimento que desejava difundir – Estado – um conhecimento que não se destinasse a subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que, ao contrário, a conservasse tal como se apresentava. (VILELLA, 2003, p. 106).

Nos anos que se seguem em direção à segunda metade do século XIX, Sergipe é contemplada por atos progressistas dos seus presidentes em busca de melhores condições para a educação. Um dos seus presidentes em busca de melhores condições para a educação provincial. Segundo alguns primeiros atos em prol da educação sergipana foi a promulgação da Carta-Lei de 5 de março de 1838, marco importante da história da educação local sendo considerada “nossa lei orgânica de instrução” (NUNES, 2000). Abrangia uma minuciosa regulamentação de ensino desde provimentos das cadeiras por concurso à fixação do ordenado do professor, que era de 200\$000 mil réis, “não sendo permitido a elas ocuparem outro ofício público segundo as leis existente” (NUNES, 2000, p. 226).

Os exames eram realizados na presença do presidente da Província, que, para o ato, convocava “pessoas hábeis” (NUNES, 1984, p. 227). Cabia às Câmaras Municipais a obrigação de, anualmente, darem ao governo as necessárias informações sobre o funcionamento das aulas. A lei também buscava evitar a criação de cadeiras em lugares onde não existissem alunos suficientes, em detrimento de outros com melhores possibilidades, procurando evitar a influência do político na educação.

A análise feita a partir da quinta década do referido século é defendida por um segundo livro de Thétis Nunes, “Sergipe Provincial II” (2000), onde a autora continua mostrando, assim como na obra anterior, a progressiva melhora da educação na Província de Sergipe, assim

como ocorreu no governo do presidente Inácio Joaquim Barbosa, época em que foi estabelecido regulamento datado de 1854, assim especificando:

o uso das Escolas com o fim de dar 'uniformidade ao ensino'. Nele se Estabelecia o ensino primário, [...] o ensino particular foi disciplinado Estado os diretores obrigados a prestarem informações ao inspetor geral De todas as atividades do estabelecimento, inclusive a remessa de Mapas anuais da freqüência, aproveitamento e 'comportamento moral' Dos alunos. No Regulamento, encontravam-se determinados os deveres Dos professores públicos, penalidades que o Inspetor lhes poderia aplicar Se s infringissem. Era ficado o período de férias escolares para toda a Província e o horário de funcionamento das aulas do curso secundário. Tomou medidas visando a melhorar as escolas com a compra de móveis e Utensílios, e chamou a atenção do Legislativo para a necessidade da criação das Cadeiras de Primeiras Letras em povoados prósperos. Proibiu o uso da Palmatória nas escolas, repudiando os castigos corporais como forma de Educação. (NUNES, 2000, p. 227).

O que se via na Província de Sergipe sobre a educação, era o reflexo do que acontecia no Império. Pois os temas educacionais eram uns dos mais discutidos no Parlamento e na imprensa, para então tentar resolvê-los. No ano de 1870, o ensino primário tinha 76 aulas e 3059 alunos matriculados, sendo apenas 1,85 pessoas estudando em uma população de 200.000 habitantes em Sergipe (NUNES, 2000). As escolas primárias tinham péssimas locações, sendo um dos maiores problemas para os presidentes da Província, juntamente com a equipe de professores totalmente despreparada. Cabe acrescentar que,

[...] [todo] sistema educacional é parte da organização de uma Sociedade. Todos os seus componentes devem estar mutuamente dependentes, em sincronia. Assim não aconteceu no Brasil- Império Cada Província desenvolverá o ensino primário e secundário sem Plano definido, segundo as contingências do momento e os interesses Dos grupos no poder. Daí o fracasso de alguns estadistas que Tentaram, na administração das Províncias, reformas que se Chocavam com a realidade social dominante. (NUNES, 2000, p. 281).

Ao decorrer da pesquisa, foram encontradas inúmeras reclamações do professorado pedindo aumento de salário, problema este, que resulta até os dias atuais; Transferências de Cadeiras e fechamento das mesmas, ora pela falta de alunos, ora falta de materiais didáticos; ou ainda, por falta de professor e até mesmo por ordens do Presidente da Província. A hipótese adotada é que a maioria dos fechamentos dessas Cadeiras seja pela falta de interesse e estrutura governamental que a Província detinha, determinado pela crise que o Império brasileiro passava.

Os professores primários eram escolhidos sem nenhum critério e eram completamente sem preparo e principalmente desconsiderados pelas autoridades.

A educação não se explica por si só, não é uma instância autônoma, independente e a parte da sociedade. Já que não é algo neutro, que reflete e é marcada pelas lutas travadas nas disputas pela sobrevivência em sociedade (ORSO, 2008).

2 EDUCAÇÃO DE PRIMEIRAS LETRAS: MENINAS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Para as meninas, o que se viu sobre a instrução e os processos educativos que eram passados de mãe para filhas, ou pelo ensino particular. A educação consistia-se em saberes dirigidos a administração doméstica, condutas sociais, ler, escrever, catecismo e bordar e em algumas Cadeiras o ensino de aritmética, disciplinas estas cursadas pelas meninas, encontrados nos mapas escolares, fazendo com que tornassem boas esposas e ótimas donas de casa.

A diferença entre a educação de meninas e meninos, neste caso é espantosa, já que os saberes eram empregados de forma diferente entre o gênero e a própria sociedades difundiam as concepções burguesas sobre a separação entre os sexos. Mostrando que o sexo feminino não era "formalmente" privado à educação, porém esta educação tinha finalidades diferentes para ambos, já que a masculina era destinada ao trabalho, voltados para os saberes racionais e científicos (HALL, 1991, p. 71). Na rígida família oitocentista, havia pouco espaço para as mulheres que não cumprisse o seu principal papel na sociedade: casar-se, ter filhos e cuidar de seu marido e de sua casa.

O termo gênero aqui se caracteriza pela importância de ambos os sexos, ou seja, dos grupos de gênero no passado histórico (DAVIS, 1975). Porém neste estudo foi considerada somente a educação feminina, não diminuindo a educação masculina, porém esta já está expandida em vários estudos já realizados na Academia. Também, foram considerados nessa abordagem os conceitos de classe e raça, já que foram encontradas fontes com as quais foi possível dialogar, na perspectiva do leitor e da historiografia nacional e sergipana. Voltando ao foco da pesquisa, ainda na educação feminina a partir do estudo das fontes encontradas, foi possível perceber algumas características dos alunos e alunas matriculados nas cadeiras de Primeiras Letras, porém como este artigo é destinado à educação feminina.

O primeiro caso é da Cadeira feminina de Laranjeiras, 1869, contendo trinta e nove alunas, sendo nove brancas, vinte e nove pardas e uma denominada "C", da qual suponhamos ser da cor "cabra" ou até mesmo "crioula", assim como muitos ex-escravos eram denominados pela sociedade. A idade das mesmas varia entre seis a doze anos, ressaltando também os nomes das mães no item "filiação", já que em outros mapas de aulas não era comum o nome de mulheres, mais sim de homens. Contudo, a maioria destas alunas era pobre, havendo apenas três garotas ricas e brancas, quatro "bem variadas" e brancas e todo o resto da sala de aula eram pobres e pardas. Com este exemplo de aula, o que se pode indagar?

A partir da segunda metade do século XIX, a mulher passa a ter mais autonomia em suas decisões, e um exemplo disto foi encontrado no item "filiação" deste mapa de aula (sendo o único encontrado de 26 mapas escolares, que continha nome das mães no mesmo item). E o porquê de uma aluna denominada "C", que cor ela realmente seria? Sabe-se pelas fontes e

pela historiografia que já havia alunos “pretos” e “crioulos” em salas de aula, porém os alunos encontrados o item “filiação” encontra-se incógnito.

Voltando para a análise para a população da classe de aula, em sua maioria as alunas eram originárias de famílias pobres. Muitas dessas meninas que estudavam viam na educação um jeito “mais fácil” de elevar sua posição social, tornando-se costureira, casando-se com homens de famílias com situação financeira melhor e até mesmo virando professoras, muitas dessas meninas tornaram-se preceptoras, já que eram “sacerdotisas de Minerva, trabalhar para atizar e manter o fogo da cultura”, sendo com essa expressão que Johann Georg Kohl descreveu nos anos 30 do século XIX a chegada de educadoras estrangeiras em São Petersburgo.

Passando para outra classe que contém vinte quatro alunas, todas da Província de Sergipe. Vinte duas alunas frequentam as aulas e apenas duas não. Considerando que, quatorzes destas vinte duas, são consideradas “vadias” e duas “muito vadias”, apenas uma é considerada “muito inteligente” e as demais “inteligente e estudiosa”, assim como a professora afirma ao final das observações. Analisando: estas duas alunas que não vão para as aulas por serem pobres e não terem condições de estudar. Fato: porém, foi constatada a presença de quatorze alunas consideradas “vadias”, ou seja, que não frequentavam as aulas, faziam bagunça e/ou não deixavam a professora prosseguir o conteúdo. E essas outras duas consideradas “muito vadias”, o que faziam?

Como o Estado se portava perante a estes alunos? Como os pais destes alunos e alunas se portavam perante estas observações? E principalmente, o que estas alunas pensavam sobre a educação que recebiam? Eram rebeldes pela educação que recebiam na escola ou eram rebeldes em represália aos pais ou a forma que viviam? Indagações estas que ainda estão em fase de estudos, porém:

O fato de pertencer a um lar pobre aumenta as probabilidades de que a criança tenha que trabalhar e deixar a escola. As baixas taxas de escolaridade vão marginalizá-la da economia formal. O destino da pobreza terá tendência a se repetir. [...] Um extenso setor da população encontra-se de fato excluído do acesso a uma educação adequada. (KLIKSBERG, 2002, p. 28).

No entanto, atribui-se à criança características que a “identificam”: é um ser sem maldade, inofensiva, espontânea, ingênua, etc. (FELDENS, 2009) O que se pode caracterizar com esta indagação? As meninas consideradas “vadias” eram um ser sem maldade, inofensiva e principalmente, ingênua? Foi o meio em que vivia que a transformou assim? É preferível crer na segunda opção. E se Maria Petrolina Doria, fosse parda e pobre? Seria considerada a segunda aluna da turma ao contrário de Erelgista Carolina da Costa, que é parda e pobre e considerada “vadia”? Considerada binarizada? Será que todas estas indagações e reclamações da professora Claudemira foram em vão? Será que se Erelgista fosse de uma família abastada teria estes mesmos problemas com os estudos? Só o conceito de classe neste caso é o que fala mais alto? Foram atribuídos deveres que não estavam ao alcance desta menina?

Podríamos localizar aqui La soberbia Del sujeto de La comprensión, um sujeito que se reconhece en El optimismo de uma racionalidad que no reconhece limites a la intelegibilidad de La existencia y em el poder de unas prácticas que no reconocen limites a la producción y la transformación Del mundo social. (LARROSA, 2002, p. 69).

No ano de 1837, um grupo de alunas denominadas “pardas” não frequentarem a escola por fazerem “ocupação de mestiços”, por doenças ou por serem pobres. O que seria essa ocupação de mestiça? Mais uma vez a classe social é latente, consumindo a infância das mesmas. Em algumas bibliografias pesquisadas, essas “ocupações” era o de afazeres domésticos, porém estas meninas eram livres, levando a crer que trabalhavam por fora para ajudar no orçamento familiar. Marx faz uma observação na Tese 3 sobre Feuerbach, afirmando:

A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstancias têm de ser transformadas pelos homens [...]. A coincidência da mudança das circunstância da mudança das circunstancias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionária. (MARX, 1981, p. 104).

Sendo assim, a educação é transformada e se transforma à medida que a sociedade muda, gerando uma nova relação social. Então, indaga-se: Estas alunas pobres e pardas não frequentavam a escola no século XIX por motivos de pobreza, como o Estado se portava? Ainda hoje existem esses resquícios em sua cidade, problemas de dois séculos passados ainda ostentados nos tempos modernos. Principalmente o preconceito.

Não foram encontradas alunas denominadas “pretas” nas fontes, porém menciona-se a aluna “C”, e mais dois alunos (meninos) denominados pretos. Segundo Milton Santos (2007) falta muitas coisas para ultrapassar o palavrório retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política consequente, havendo assim uma grande hipocrisia nos discursos do Estado, e neste período a manifestação do preconceito era abundante, mas hoje em dia não é feio ter preconceito, mas sim demonstrar o preconceito, interessante não? Hipócrita seria a palavra certa, caro leitor.

Então como será que essas meninas se sentiam? Quais os seus desejos? Seus pensamentos? Pensar é sempre experimentar, não interpretar (DELEUZE, 1996). Entender o que estas meninas pensavam, leva o pesquisador a olhar por outro ângulo, podendo afirmar que nos dias atuais, continuam os mesmo problemas, as mesmas reclamações dos professores, as mesmas indagações dos alunos, os problemas com os pais e principalmente o medo que a sociedade tem do Estado. Pensem no Uno e suas multiplicidades

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver, os dispositivos constitucionais aprovados em 1823 não foram integralmente cumpridos, aliás, no Brasil, as leis se distanciaram das realizações e na prática pouco

se fez pelo ensino popular. A aversão pela educação feminina explica (em parte) o abandono do ensino primário feminino, juntamente com a falta de visão para a busca de soluções para os descasos com a educação brasileira (HOLANDA, 2004).

Apesar disso, há de perceber a evolução da quebra gradativa de paradigmas advindos pela sociedade. Perante o qual, por meio de dogmas morais, costumes e religião. A mesma se fez ao decorrer da história mantendo-se com influências de uma antiga estrutura patriarcal que era em síntese institucional social.

Ainda que nos dias atuais o papel da educação seja muito discutido, ela apenas reproduz a sociedade em que está inserida "ou se ela é ou pode ser revolucionária a ponto de revolucionar a toda sociedade" (ORSO, 2008, p. 49), atribuindo à mesma uma maneira redentora para os jovens. Desde aquela época pensava-se na educação como uma forma de tirar o alunado das ruas, conseqüentemente da criminalidade.

Ao compreender a educação que existia naquela época compreende-se a sociedade a que estas alunas pertenciam. E naquela época saber ler e escrever significava ter acesso a um mundo novo, e a no mínimo de sociabilidade e autonomia individual.

Para os professores oitocentistas, não era apenas "ensinar as primeiras letras", mais sim possibilitar um novo ideal para seus alunos, mostrando-lhes o quão importante era o ensino e gostariam a popularização da educação.

[...] alfabetizar e possibilitar o acesso ao conhecimento formal, não significava fazer nenhuma grande revolução social. Mas pelo menos, significa permitir que a pessoa saia do estado vegetativo e conquiste o mínimo de independência perante o mundo em que vive, ainda que isto seja insuficiente para que ele realmente seja um homem livre e viva com no mínimo de dignidade. (ORSO, 2008, p. 53).

Não obstante, pode-se concluir que o reconhecimento das práticas educativas deste período apresenta praticamente as mesmas fragilidades e debilidades da educação atual. Apesar das lutas e desafios travados entre a sociedade brasileira e o Estado em prol da educação feminina, a difusão das práticas de escolarização das meninas, tendo como apoio o trabalho das professoras primárias, representou para a educação um avanço muito significável para a presença das mulheres no campo de trabalho. O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Sergipe entre 1840 e 1870 mostraram-se bastante complexos.

No período recortado na pesquisa, os discursos e as ações dos sujeitos interessados em organizar a instrução elementar convergem no sentido de produzir e assegurar o lugar da escola na socialização das novas gerações, mesmo a sociedade oitocentista sendo dominada por homens e pelos homens, foi importante ressaltar a educação feminina como um privilégio, porém este privilégio era de interesses nos quais as mulheres não tinham uma participação influente no campo político, fazendo com que estas educandas mudassem o meio em que viviam, para tentar assim resolver os problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. São Paulo: LTC, 1981.

CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Vera Lucia Alves. Memórias e representações compartilhadas por mulheres educadas em Colégio religioso em Sergipe. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho (Org.). **Ensino superior, educação escolar: práticas educativas extra-escolares**. São Cristóvão, SE: UFS, 2006.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A educação. In: **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. Tomo II. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LARROSA, Jorge. Para qué nos sirven los extranjeros?. In: **Revista Educação e Sociedade**. CEDES, 2002.

MARTINS, Fernando José. Formação de professores e luta de classes. In: **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **Cartografias da ditadura e suas moralidades: os seres que aprendemos a ser**. Maceió: UFAL, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz & Terra/Araçaju: Secretaria do Estado da Educação/UFS, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe provincial I:1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe provincial II:1840-1889**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

ORSO, José Paulino. As possibilidades e os limites da educação. In: ORSO, José Paulino. **A comuna de Paris de 1871: história e atualidade**. São Paulo: Ícone, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS corpo, 1990.

SILVA, Nelly Monteiro Santos. **Pater incertus, mater certa: as práticas de assoldamento em Estância e sua contribuição para a história da educação da infância em Sergipe**. São Cristóvão, SE, 2008. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Data do recebimento: 23 de abril de 2013

Data da avaliação: 2 de janeiro de 2014

Data de aceite: 13 de janeiro de 2014

1. Graduado em História pela Universidade Tiradentes - UNIT. E-mail: dd.lins@hotmail.com

2. Graduada em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: dd.lins@hotmail.com

3. Doutora em Educação pela Universidade da França e professora do Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT. E-mail: dfeldens@hotmail.com